

# Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005

Conforme amplamente divulgado pelos meios de comunicação, o Governo Federal editou a Medida Provisória 252, de junho de 2005, conhecida como “MP do bem”, a qual dispõe sobre a legislação tributária federal e dá novas providências, especificamente no tocante ao SIMPLES, IRPJ, CSLL, IRPF, PIS, COFINS e IPI, além de dispor sobre novos prazos de recolhimento de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e sobre os Fundos de Investimento vinculados a Plano de Previdência e Seguros de Vida com cobertura por sobrevivência.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é traçar, sinteticamente, as principais alterações ocorridas no plano da tributação federal que possam, direta ou indiretamente, afetar as pessoas jurídicas e físicas associadas ao Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

## I - DO IRPF

Quanto às alterações no Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF incidente no ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, os novos valores introduzidos pela MP em comento passam a ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no caso de alienação de ações no mercado de balcão, e de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) nos demais casos.

No mais, há novos dispositivos incluídos ao sistema tributário, que isentam o ganho de capital nas hipóteses abaixo:

“Art. 36. Fica isento do imposto de renda o ganho auferido por pessoa física residente no País na venda de imóveis residenciais, desde que o alienante, no prazo de

cento e oitenta dias contados da celebração do contrato, aplique o produto da venda na aquisição de imóveis residenciais.

§ 1º No caso de venda de mais de um imóvel, o prazo referido neste artigo será contado a partir da data de celebração do contrato relativo à primeira operação.

§ 2º A aplicação parcial do produto da venda implicará tributação do ganho, proporcionalmente, ao valor da parcela não aplicada.

§ 3º No caso de aquisição de mais de um imóvel, a isenção de que trata este artigo aplicar-se-á ao ganho de capital correspondente à parcela empregada na aquisição de imóvel residencial.

§ 4º A inobservância das condições estabelecidas neste artigo importará em exigência do imposto com base no ganho de capital, acrescido de:

I - juros de mora, calculados a partir do segundo mês subsequente ao do recebimento do valor ou de parcela do valor do imóvel vendido; e

II - multa, de mora ou de ofício, calculada a partir do segundo mês seguinte ao do recebimento do valor ou de parcela do valor do imóvel vendido, se o imposto não for pago até trinta dias após o prazo de que trata o caput.

§ 5º A pessoa física somente poderá usufruir do benefício de que trata este artigo uma vez a cada cinco anos.

Art. 37. Para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da alienação, a qualquer título, de bens imóveis realizada por pessoa física residente no País, poderá

ser aplicado fator de redução (FR) do ganho de capital apurado.

§ 1º O fator de redução referido no caput será determinado pela seguinte fórmula:  $FR = 1 / 1,0035m$ , onde “m” corresponde ao número de meses decorridos entre a data de aquisição do imóvel e a de sua alienação.

§ 2º Na hipótese de imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 1995, o fator de redução de que trata o caput será aplicado a partir de 1º de janeiro de 1996, sem prejuízo do disposto no art. 18 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.”

Na hipótese de ganho de capital auferido em alienação de imóvel residencial, a Medida Provisória em comento o isenta da tributação do IRPF, pelo período de cento e oitenta dias da celebração do contrato de compra e venda, desde que o produto da venda do imóvel seja integralmente aplicado na compra de outro imóvel residencial. Cumpre-nos ressaltar que, no caso de venda de mais de um imóvel no período de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para aplicação do capital conta-se da data do primeiro contrato celebrado.

No mais, há dispositivo expresso no sentido de que, caso o produto da alienação do imóvel residencial não seja integralmente aplicado na compra de outro imóvel residencial, a parcela restante será proporcionalmente tributada, vale dizer, o ganho de capital será tributado proporcionalmente ao valor da parcela não investida comparada ao produto da venda.

Ressalte-se, no entanto, que caso este valor não seja reinvestido em imóvel residencial, o Fisco lançará o tributo incidente sobre